

**Fator Seguradora S.A.**

C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA FATOR SEGURADORA S.A.**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu.

A Seguradora opera nos ramos de garantias de obrigações públicas e privadas, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos diversos e riscos operacionais, que fazem parte dos riscos de infraestrutura, e também em riscos de responsabilidades civis.

A Fator Seguradora S.A. é especialista nos ramos relacionados à infraestrutura de forma abrangente. A Companhia conta com um quadro funcional experiente, sistemas de última geração, contratos com resseguradores nacionais e internacionais e estrutura eficiente de distribuição, através de corretores de seguros focados nos mesmos ramos. É propósito da Seguradora continuar operando nos mesmos segmentos, nos quais tem provada experiência.

A Seguradora apurou lucro líquido de R\$ 22.386 em 31 de dezembro de

2018 (R\$ 14.061 em 31 de dezembro de 2017).

Apesar da redução do resultado financeiro em razão da queda da taxa de juros, o aumento da produção e a revisão de metodologias para apuração das provisões para sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR e para sinistros insuficientemente avisados - IBNER ocasionaram lucro líquido maior em comparação ao período findo em 31 de dezembro de 2017.

O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A Administração decidiu pelo pagamento de juros sobre o capital próprio - JCP, no montante de R\$ 12.621 (R\$ 9.350 em 2017).

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

Os ativos líquidos da Seguradora garantem sua solidez financeira e o valor

do patrimônio líquido supera o exigido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para operar em todo território nacional.

A Seguradora administra, em conjunto com consultores jurídicos externos, processos judiciais e mantém provisões contábeis para todos os processos que apresentam situação de perda provável.

A Diretoria agradece especialmente aos clientes e aos corretores de seguros, que honram esta Seguradora com sua confiança, aos resseguradores pelo valioso apoio recebido e aos colaboradores pelo profissionalismo colocado a serviço da Seguradora.

Agradecemos também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização ("CNSeg"), à Federação Nacional de Seguros Gerais ("FenSeg") e ao Sindicato das Empresas de Seguros, Resseguros e Capitalização do Estado de São Paulo ("Sindseg"), pelo apoio recebido.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>633.372</b>	<b>613.461</b>
Disponível		2.843	913
Caixa e bancos	6e e 7	2.843	913
Aplicações	6e e 8	344.338	311.234
Crédito das operações			
com seguros e resseguros	6e	82.401	85.670
Prêmios a receber	10	73.223	79.077
Operações com seguradoras		1.711	1.943
Operações com resseguradoras	6e	7.467	4.650
Outros créditos operacionais	11	56.840	50.228
Ativos de resseguro	16c1	111.932	133.368
Títulos e créditos a receber	6e	16.046	19.576
Títulos e créditos a receber	13a e 21b	1.857	1.576
Créditos tributários e previdenciários	12	12.254	15.429
Depósitos judiciais e fiscais	13b	-	312
Outros Créditos	21c	1.935	2.259
Outros Valores e Bens		561	-
Despesas antecipadas		13	21
Custos de aquisição diferidos			
Seguros	16b	18.398	12.451
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>84.325</b>	<b>100.024</b>
Realizável a longo prazo		83.076	98.623
Créditos das operações			
com seguros e resseguros	6e	11.793	7.534
Prêmios a receber	10	10.498	7.534
Operações com seguradoras		1.295	-
Ativos de resseguro	16c1	48.051	56.199
Títulos e créditos a receber	6e	9.898	21.047
Títulos e créditos a receber	13a e 21b	232	580
Créditos tributários e previdenciários	12	9.615	20.411
Depósitos judiciais e fiscais	13b	51	56
Custos de aquisição diferidos			
Seguros	16b	13.334	13.843
<b>Investimentos</b>		<b>236</b>	<b>242</b>
Participações societárias	3h	236	242
<b>Imobilizado</b>		<b>805</b>	<b>931</b>
Bens móveis		565	475
Outras imobilizações		240	456
<b>Intangível</b>		<b>208</b>	<b>228</b>
Outros intangíveis	3j	208	228
<b>Total do Ativo</b>		<b>717.697</b>	<b>713.485</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	Notas	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>424.662</b>	<b>421.962</b>
Contas a pagar	6e	14.522	9.480
Obrigações a pagar		9.329	3.866
Impostos e encargos sociais a recolher		3.190	3.913
Encargos trabalhistas		1.479	1.356
Impostos e contribuições		524	345
Débito das operações			
com seguros e resseguros	6e	136.204	135.050
Prêmios a restituir		204	206
Operações com seguradoras		4.699	3.409
Operações com resseguradoras	10.1	65.035	72.579
Corretores de seguros e resseguros		9.250	8.716
Outros débitos operacionais	21a	57.016	50.140
Depósitos de terceiros	6e e 18	1.914	792
Provisões técnicas - seguros	16a	272.006	276.131
Danos		272.006	276.131
Outros débitos		16	509
Provisões judiciais	13b	16	509
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>100.847</b>	<b>103.784</b>
Contas a pagar		-	115
Obrigações a pagar		-	115
Débitos das operações			
com seguros e resseguros	6e	10.463	5.354
Operações com seguradoras		5.178	-
Operações com resseguradoras	10.1	2.794	3.830
Corretores de seguros e resseguros		2.491	1.524
Danos	16a	90.293	98.219
Outros débitos		91	96
Provisões judiciais	13b	91	96
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>15 192.188</b>	<b>187.739</b>
Capital social	15a	135.479	135.479
Reservas de lucro	15d	56.709	52.260
Lucros Acumulados		-	-
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>717.697</b>	<b>713.485</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

Notas	Reservas de Lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Estatutária	Outras reservas de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	135.479	18.284	49.265	-	-	203.028
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.061	14.061
Proposta para destinação do lucro	-	703	(15.992)	-	(14.061)	(29.350)
Reserva legal	15.d	-	703	-	(703)	-
Reserva estatutária	15.d	-	-	4.008	(4.008)	-
Dividendos	15.b	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Juros sobre capital próprio	15.c	-	-	-	(9.350)	(9.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	135.479	18.987	33.273	-	-	187.739
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.386	22.386
Proposta para destinação do lucro	-	1.119	3.330	-	(22.386)	(17.937)
Reserva legal	15.d	-	1.119	-	(1.119)	-
Reserva estatutária	15.d	-	-	3.330	(3.330)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	(5.316)	(5.316)
Juros sobre capital próprio	15.c	-	-	-	(12.621)	(12.621)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	135.479	20.106	36.603	-	-	192.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** A Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), com sede na Avenida Santo Amaro, 48 - 7º andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, opera em todo território nacional, especificamente nos ramos de garantia de obrigações públicas e privadas, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos operacionais, riscos nucleares, riscos diversos, responsabilidades de administradores e diretores (D&O), responsabilidades de profissionais (E&O) e responsabilidades civil geral (RCG). A Seguradora integra o Conglomerado Fator e é controlada diretamente pelo Banco Fator S.A., seu único acionista. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pronunciamentos técnicos e orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP. b) **Normas e alterações de normas:** Em 30 de julho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 517 e alterações, instituindo o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, com vigência a partir da data de sua publicação, revogando assim a circular SUSEP nº 508, de 9 de janeiro de 2015. c) **Comparabilidade:** As demonstrações financeiras são apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 e da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações. d) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Os ativos financeiros foram classificados na categoria avaliados ao valor justo através do resultado. e) **Demonstração dos resultados abrangentes:** A demonstração dos resultados abrangentes compreende, quando aplicável, itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme requerido ou permitido pelos CPCs. f) **Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade em continuar as operações e está convencida de que a Seguradora possui recursos suficientes para dar continuidade aos seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios. g) **Uso de estimativas:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para riscos

fiscais, civis e trabalhistas, revisados periodicamente pela Seguradora. A divulgação das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2019. **2.1. Reclassificações:** A demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2018 foi reclassificada nos seguintes itens:

DFC (i)	Publicado 31/12/2017	Reclassificações	Reapresentado 31/12/2017
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	R\$ -	R\$ (1.148)	R\$ (1.148)
Créditos das operações de seguros e resseguros	R\$ (13.793)	R\$ (1.148)	R\$ (12.645)

(i) Conforme modelo da circular 517/2015 e alterações.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir e foram aplicadas consistentemente nos períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário. a) **Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional reais (R\$). As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da sua liquidação e conversão de saldos na data do balanço, são reconhecidos no resultado. b) **Caixas e equivalentes de caixa:** Caixas e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores das reservas técnicas. c) **Ativos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas categorias: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros, determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2018	2017
Prêmios emitidos	19a	186.283	180.800
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(5.792)	(25.749)
(=) Prêmios ganhos	19c	180.491	155.051
(+) Receita com emissão de apólice	19b	2.907	2.840
(-) Sinistros ocorridos	19d	(8.780)	(66.252)
(-) Custos de aquisição	19e	(24.704)	(19.192)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	19f	(3.082)	(2.840)
(-/+)	19g	(96.116)	(41.646)
(+) Receita com resseguro		(4.637)	31.800
(-) Despesa com resseguro		(91.479)	(73.446)
(-) Despesas administrativas	19h	(29.259)	(26.671)
(-) Despesas com tributos	19i	(5.296)	(5.010)
(+) Resultado financeiro	19j	15.692	25.725
(+) Resultado Patrimonial	19k	203	10
(=) Resultado operacional		32.056	22.015
(+) Ganhos com ativos não correntes		(73)	10
(-) Resultado antes de impostos e participações		31.983	22.025
(-) Imposto de renda	20	(4.295)	(2.675)
(-) Contribuição social	20	(2.874)	(2.208)
(-) Participações sobre o resultado	21f	(2.428)	(3.081)
(=) Lucro líquido do exercício		22.386	14.061
Quantidade de ações	15a	4.814	4.814
(=) Lucro líquido por ação		4,65	2,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
Lucro líquido	22.386	14.061
Resultado abrangente do exercício	22.386	14.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
<b>Fluxo de caixa nas atividades operacionais</b>	<b>22.386</b>	<b>14.061</b>
Lucro líquido do exercício	22.386	14.061
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciações e amortizações	272	245
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	1.950	(1.148)
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(33.103)	(21.695)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(9.553)	(12.645)
Ativos de resseguro	29.583	7.476
Créditos fiscais e previdenciários	12.118	9.639
Ativo fiscal diferido	1.853	2.361
Depósitos judiciais e fiscais	317	(6)
Despesas antecipadas	8	(16)
Custos de aquisição diferidos	(5.437)	(2.409)
Outros ativos	(170)	9.304
Impostos e contribuições	4.388	301
Outras contas a pagar	(570)	2.121
Débitos das operações com seguros e resseguros	6.264	11.839
Depósitos de terceiros	1.123	269
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(12.051)	14.101
Provisões judiciais	(497)	(283)
<b>Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações</b>	<b>18.881</b>	<b>33.515</b>
Juros pagos	-	-
Juros recebidos	-	-
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-
Imposto sobre os lucros pagos	(2.469)	-
Contribuição Social sobre os lucros pagos	(1.741)	-
<b>Fluxo de caixa nas atividades de investimentos</b>	<b>14.671</b>	<b>33.515</b>
Recebimento pela venda:		
Investimentos	6	30
Intangível	17	-
Pagamento pela compra:		
Investimentos	-	-
Imobilizado	(143)	(169)
Intangível	-	(57)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(120)	(196)
<b>Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos</b>		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(12.621)	(34.550)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(12.621)	(34.550)
Redução/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.930	(1.231)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	913	2.144
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.843	913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorpor





**Fator Seguradora S.A.**

C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

—☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$)**

seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido. **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **d) Baixa de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de sua propriedade. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo. A Seguradora baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **e) Reclassificação de ativos financeiros:** A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38: Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado de ou para a categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele é mantido ou emitido. Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obteve essa classificação no reconhecimento inicial. As demais reclassificações de ativos financeiros devem ser feitas ao valor justo na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação. Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebíveis. Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente. **f) Instrumentos financeiros derivativos:** A Seguradora não possui operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **g) Prêmios de seguros, receitas e despesas de comercialização:** Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando a vigência do risco. A Seguradora não possui operações de retrocessão. As receitas e despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado durante a vigência dos seguros. Para as operações de seguros do ramo DPVAT as receitas e despesas são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base em estudo técnico desenvolvido pela Administração da Seguradora, que leva em consideração o histórico de perdas incorridas e os riscos de inadimplência, conforme o cliente e a severidade do atraso verificado, conforme permitido pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos com base em nota técnica atuarial. **h) Investimentos:** Os investimentos, no ativo permanente, referem-se substancialmente a participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., sendo demonstrado pelo valor de custo. **i) Imobilizado:** A depreciação dos bens é calculada pelo método linear sobre o custo de aquisição corrigido com as seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros de acordo com o exercício de locação do imóvel e 10% para móveis e utensílios. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício. A baixa de imobilizado ocorre por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **j) Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados com base na expectativa de vida útil remanescente. **k) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:** O valor contábil líquido dos ativos não financeiros é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **l) Provisões técnicas:** • A provisão de prêmios não ganhos - é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao exercício de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "pró rata dia" em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP. • A provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos - PNPG-RVNE é calculada de acordo com metodologia específica descrita em Nota Técnica Atuarial ("NTA") e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar, de sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Esta provisão é complementada com os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. A provisão é calculada com base em metodologia constante de Nota Técnica Atuarial. • A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, conforme nota técnica atuarial. • A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão é calculada com base em metodologia constante de Nota Técnica Atuarial. • É constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. Sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros a débito da rubrica "Despesas financeiras". • A Provisão Complementar de Cobertura - PCC é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações específicas na regulamentação em vigor. **m) Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 517/15, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas datas-base junho e dezembro de cada ano. Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. O teste considerou a projeção dos sinistros a ocorrer com base em premissas de sinistralidade realista, das despesas administrativas e projeção relativa aos sinistros ocorridos. Os fluxos de caixas projetados são brutos de resseguros e descontados pelas estruturas a termo das taxas de juros (ETTJ), referentes ao mês de dezembro de 2018, livres de riscos correspondentes à garantia oferecida em cada produto, e, para a identificação de possíveis insuficiências, são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis para identificação de possíveis insuficiências. Não foram identificadas insuficiências para as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2018, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisões suplementares. **n) Demais passivos:** Fornecedores e outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo e acrescidos de encargos e atualizações incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. **o) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%, do lucro antes dos impostos. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, alterou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras e assemelhadas, bem como das pessoas jurídicas de seguros privados e capitalização, de 15% para 20%, com eficácia a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e esta permitir a liquidação dos saldos em uma base líquida. **p) Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, da seguinte forma: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso. • Provisões para riscos - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Adicionalmente, são constituídas provisões para honorários de sucesso, sempre que aplicável, tendo em vista acordos contratuais com assessores jurídicos. • Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, classificado como provável perda, provisionado e atualizado. **q) Capital social:** As ações são classificadas como patrimônio líquido quando não há obrigação contratual de transferir caixa ou outros ativos financeiros. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão dos instrumentos patrimoniais são demonstrados no patrimônio como uma redução dos rendimentos, líquido dos impostos. **r) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a emissão da apólice/certificado/endosso ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização e agenciamento são reconhecidos no resultado de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto. **4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS:** • IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes - A IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 e não se aplica a contratos de seguro dentro do alcance do CPC 11 - Contratos de Seguro e futuramente do IFRS 17. • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de "impairment" para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de

outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples. Foi concedida uma isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as companhias seguradoras, diferindo sua aplicação para quando da adoção inicial da IFRS 17. • IFRS 16 - Arrendamento Mercantil - Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. • IFRS 17 - Contratos de Seguro - A principal alteração proveniente dessa norma, mas não a única, refere-se à mensuração dos contratos de seguro. A IFRS 17 requer que a companhia que emite contratos de seguro registre em seus balanços a soma de: • Fluxos de caixa de cumprimento - representados pelas estimativas atuais dos montantes que a companhia seguradora espera coletar de prêmios e do pagamento de sinistros, benefícios e despesas, incluindo os ajustes para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos desses fluxos de caixa. • Margem do serviço contratual - Representada pelo lucro a apropriar ao longo do período de vigência da cobertura do contrato de seguro (lucro não ganho). As perdas de contratos onerosos são reconhecidas imediatamente. Para refletir melhor as mudanças nas obrigações de seguro e nos riscos, a IFRS 17 requer que a companhia seguradora atualize os fluxos de caixa de cumprimento em cada data de fechamento de balanço com estimativas atuais consistentes com as informações de mercado. As mudanças nas obrigações com os contratos de seguros decorrentes das transformações no ambiente econômico, como variações nas taxas de juros, são refletidas nas demonstrações financeiras da companhia seguradora em tempo hábil. O modelo geral estabelecido pela norma na mensuração dos contratos de seguro é a abordagem por módulos ("building block approach"); contudo, devido à diversidade dos contratos de seguros, essa norma introduz outras abordagens que simplificam e/ou modificam o modelo geral, a saber: • Abordagem de Alocação de Prêmio ("Premium Allocation Approach") - Modelo simplificado permitido para contratos de curta duração (um ano ou menos). • Abordagem de Taxa Variável ("Variable Fee Approach") - Modelo modificado aplicado aos contratos com componente de participação em que os segurados recebem uma parcela substancial do retorno dos itens subjacentes. Para a mensuração dos contratos de seguros, a companhia seguradora deve primeiramente identificar as carteiras de contratos de seguros. Uma carteira é um grupo de contratos sujeitos a riscos similares e gerenciados conjuntamente. Para todos os contratos de seguro de uma mesma carteira, a companhia deve dividi-los em: • Contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, se algum. • Contratos que não têm riscos de se tornarem onerosos no reconhecimento inicial, se algum. • Contratos remanescentes na carteira, se algum. A companhia seguradora deve segregar as carteiras de contratos de resseguro que detêm de forma semelhante aos contratos de seguro por ela emitidos. As companhias seguradoras devem aplicar a IFRS 17 para períodos anuais de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. Se uma entidade decidir aplicar a IFRS 17 antecipadamente, deve divulgar esse fato. A aplicação antecipada é permitida para as entidades que já aplicam a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e a IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. **5. GESTÃO DE RISCO E CAPITAL:** A Seguradora iniciou suas atividades em 2008 e chegou ao mercado especializada em seguros financeiros. Atualmente a seguradora opera com seguros dos ramos Garantia do Setor Público e Privado, Riscos Patrimoniais, Responsabilidades e Fiança Locatícia. Opera em todo o território nacional através de corretores de seguros. A estrutura organizacional da Seguradora é composta pelas áreas Comercial, Jurídica, Técnica, Tecnologia da Informação, Sinistros, Resseguros, Gerenciamento de Riscos, Análise de Crédito, Administrativa e Financeira. A Companhia utiliza também parte da estrutura operacional do Banco Fator S.A. Todos os departamentos e a Administração participam do gerenciamento de riscos através de um conjunto de políticas e estratégias considerado adequado pela Administração. **6. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS:** O monitoramento constante dos riscos de subscrição, crédito, operacional, mercado, liquidez e capital faz parte da rotina de gerenciamento de riscos da estrutura da Seguradora. **a) Riscos de subscrição:** O gerenciamento de riscos de seguros é o aspecto crítico da atividade. Consiste na aplicação de critérios para identificar, analisar e avaliar os riscos de cada seguro proposto, bem como de ferramentas atuariais para a análise das diversas carteiras de negócios, visando a precificação e o provisionamento das operações. É exercido pela área de subscrição de cada ramo de seguro comercializado pela Seguradora, através de políticas e procedimentos, observando os requisitos regulamentares específicos. O maior risco, entretanto, é o de haver frequência e/ou severidade de sinistros, cujo montante de indenizações ultrapasse o limite que a capacidade econômica da Seguradora pode suportar. Como forma de reduzir esse risco, sem ter de diminuir o seu volume de negócios, a Seguradora transfere boa parte dele para instituições financeiras de grande porte denominadas "resseguradoras". Tal mecanismo de transferência de risco é chamado de "resseguro" e pode ser utilizado caso a caso e/ou para carteiras, através de contratos facultativos e automáticos, respectivamente. Há uma política de resseguro definida, revisada no mínimo anualmente. Para essa definição, são considerados riscos a ressegurar, listas de resseguradoras e graus de concentração. Os contratos de resseguro consideram coberturas proporcionais e não proporcionais, que podem ser combinadas para reduzir a exposição da Seguradora da forma mais adequada. **Desenvolvimento de sinistros:** As tabelas abaixo apresentam a evolução de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente. **Sinistros administrativos - bruto de resseguro**

	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Total Geral
Data de aviso/cadastro							
Até um ano	-	-	-	-	-	11.442	11.442
Após um ano	-	-	-	-	13.015	-	13.015
Após dois anos	-	-	-	1.167	-	-	1.167
Após três anos	-	-	1.938	-	-	-	1.938
Após quatro anos	-	474	-	-	-	-	474
Após cinco anos	21	-	-	-	-	-	21
<b>Total geral</b>	<b>21</b>	<b>474</b>	<b>1.938</b>	<b>1.167</b>	<b>13.015</b>	<b>11.442</b>	<b>28.057</b>
Provisões de sinistros a liquidar - DPVAT	-	-	-	-	-	-	1.992
<b>Total do passivo</b>							<b>30.049</b>

**Sinistros administrativos - líquido de resseguro**

	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Total Geral
Data de aviso/cadastro							
Até um ano	-	-	-	-	-	3.009	3.009
Após um ano	-	-	-	-	4.399	-	4.399
Após dois anos	-	-	-	236	-	-	236
Após três anos	-	-	(100)	-	-	-	(100)
Após quatro anos	-	22	-	-	-	-	22
Após cinco anos	1	-	-	-	-	-	1
<b>Total geral</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	<b>(100)</b>	<b>236</b>	<b>4.399</b>	<b>3.009</b>	<b>7.567</b>
Provisões de sinistros a liquidar - DPVAT	-	-	-	-	-	-	1.992
<b>Total líquido de resseguros</b>							<b>9.559</b>

**Sinistros judiciais - bruto de resseguro**

	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Total Geral
Data de aviso/cadastro						
Até um ano	-	-	-	-	100	100
Após um ano	-	-	-	19	-	19
Após dois anos	-	-	300	-	-	300
Após três anos	-	696	-	-	-	696
Após quatro anos	17.684	-	-	-	-	17.684
<b>Total geral</b>	<b>17.684</b>	<b>696</b>	<b>300</b>	<b>19</b>	<b>100</b>	<b>18.799</b>
Provisões de sinistros a liquidar - DPVAT	-	-	-	-	-	8.332
<b>Total do passivo</b>						<b>27.131</b>

**Sinistros judiciais - líquido de resseguro**

	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Total Geral
Data de aviso/cadastro						
Até um ano	-	-	-	-	30	30
Após um ano	-	-	-	6	-	6
Após dois anos	-	-	60	-	-	60
Após três anos	-	35	-	-	-	35
Após quatro anos	88	-	-	-	-	88
<b>Total geral</b>	<b>88</b>	<b>35</b>	<b>60</b>	<b>6</b>	<b>30</b>	<b>219</b>
Provisões de sinistros a liquidar - DPVAT	-	-	-	-	-	8.332
<b>Total do passivo</b>						<b>8.551</b>

As provisões de DPVAT não são consideradas para fins de desenvolvimento. A inclusão destas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que o DPVAT é calculado com base em regulamentação própria. As informações foram incluídas apenas para fins de conciliação com o passivo da provisão de sinistros a liquidar. **Análise de sensibilidade:** O teste de sensibilidade foi elaborado considerando uma alteração na principal variável que poderia impactar o patrimônio líquido. Na avaliação foram consideradas variações na ordem de 5% e 10%. Os resultados consideram o impacto no resultado antes dos impostos e no patrimônio líquido conforme abaixo:

	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
<b>Fator de sensibilidade - prêmios</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2018:</b>		
Redução de prêmios emitidos em 5%	(9.314)	(5.123)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(18.628)	(10.246)
<b>Em 31 de dezembro de 2017:</b>		
Redução de prêmios emitidos em 5%	(9.040)	(4.972)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(18.080)	(9.944)
<b>Impacto no resultado antes dos impostos</b>		<b>Impacto no patrimônio líquido</b>
<b>Fator de sensibilidade - sinistros</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2018:</b>		
Aumento de sinistros em 5%	(439)	(241)
Aumento de sinistros em 10%	(878)	(483)
<b>Em 31 de dezembro de 2017:</b>		
Aumento de sinistros em 5%	(3.313)	(1.822)
Aumento de sinistros em 10%	(6.625)	(3.644)

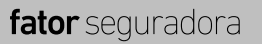
continua —☆





Fator Seguradora S.A.

C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$)

Fator de sensibilidade - despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2018:

Aumento das despesas administrativas em 5%
Aumento das despesas administrativas em 10%

Impacto no resultado antes dos impostos
Impacto no patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017:

Aumento das despesas administrativas em 5%
Aumento das despesas administrativas em 10%

Impacto no resultado antes dos impostos
Impacto no patrimônio líquido

Concentração de riscos - carteira e área geográfica: A Seguradora considera como baixo o risco as potenciais exposições por região geográfica, tendo em vista as características dos riscos que opera...

Em 31 de dezembro de 2018

Distribuição de prêmio bruto de resseguro

Table with 7 columns: Região Geográfica, Patrimoniais, Responsabilidades, Riscos, Financeiros, Total. Rows include Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, and Total.

Distribuição de prêmio líquido de resseguro

Table with 7 columns: Região Geográfica, Patrimoniais, Responsabilidades, Riscos, Financeiros, Total. Rows include Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, and Total.

(\*). Esse montante não inclui receitas de prêmios do convênio DPVAT e prêmios de riscos vigentes não emitidos.

Concentração de riscos - moeda: A Fator Seguradora S.A. não possui concentrações de riscos significativas em moeda estrangeira...
Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade da contraparte, de uma operação financeira, não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais...

Classificações de qualidade

Sem atraso, nem deteriorado

Table with 7 columns: Sem atraso, nem deteriorado, Forte, Boa, Satis-fatória, Abaixo do padrão, Em atraso, mas não deteriorada, Deteriorada, Redução ao valor recuperável, Total. Rows include Ativos financeiros, Prêmios a receber, Operações com seguradoras, etc.

A Seguradora adota política de gerenciamento das exposições de suas contrapartes de resseguro, que limita o impacto de eventual inadimplemento das resseguradoras...

Table with 4 columns: Resseguradoras, Classe, Agência de classificação de risco, Resseguros Cedidos - %, Resseguros Ceditos - %. Rows include Local 1 to Local 14, and various Eventual classes.

Total Resseguros cedidos referentes riscos vigentes não emitidos
Comissões sobre resseguros cedidos
Salvados e ressarcimentos ao ressegurador
Variações das despesas de resseguros
Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas (Nota 19.g)

(\*). Não há categoria de risco divulgada.

c) Risco operacional: A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos...

d) Risco de mercado: A carteira de investimentos da Fator Seguradora possui instrumentos do segmento de renda fixa e risco de crédito. Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma carteira de investimentos...

31 de dezembro de 2018 - R\$ mil

Table with 2 columns: Cenário 1, Cenário 2. Rows include Taxas de juros (pré), Das taxas de juros prefixadas (aumento).

e) Risco de liquidez: É característica inerente a quase todos os contratos de seguro que exista incerteza sobre os montantes dos passivos reclamados e o exercício de sua liquidação...

Contas a pagar - dividendos, participações nos resultados, fornecedores, impostos e encargos sociais, a recolher. Débito das operações com seguros e resseguros-prêmios a restituir, comissões a pagar, cosseguros, resseguros a liquidar e débitos com convênio DPVAT...

Table with 6 columns: Valor contábil, Até 1 ano, 1-3 anos, 3-5 anos, 5-8 anos, Total. Rows include Caixa, Aplicações, Crédito das operações e outros créditos operacionais-prêmios a receber, etc.

Table with 6 columns: Valor contábil, Até 1 ano, 1-3 anos, 3-5 anos, 5-8 anos, Total. Rows include Contas a pagar - dividendos, participações nos resultados, fornecedores, impostos e encargos sociais, a recolher. Débito das operações com seguros e resseguros-prêmios a restituir, comissões a pagar, cosseguros, resseguros a liquidar e débitos com convênio DPVAT...

Os ativos mantidos para suportar os passivos dos produtos de seguros representam 80,58 por cento do total das aplicações da Seguradora (83,59 por cento em 31 de dezembro de 2017). f) Risco de capital: Os principais objetivos da gestão de capital são: (a) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelos órgãos reguladores; e (b) otimizar retornos sobre capital para os acionistas. A Seguradora apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e exigência de capital:

Table with 3 columns: Dezembro/2018, Dezembro/17. Rows include Patrimônio líquido, Participações diretas e indiretas em Sociedade Seguradora, Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social (Nota 12), Despesas antecipadas, Ativo intangível, Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG, Patrimônio líquido ajustado - PLA - subtotal, Ajuste referente, superavit entre provisões e fluxo realista de prêmios registrados, Patrimônio líquido ajustado - PLA - total, (\*) Capital base - CB, Capital baseado no risco de subscrição, Capital baseado no risco de crédito, Capital baseado no risco operacional, Capital baseado no risco de mercado, Benefício da diversificação, (\*) Capital de risco, (\*\*) Capital mínimo requerido - CMR, Patrimônio líquido ajustado, (-) Exigência de capital - EC, Suficiência de capital - R\$, Suficiência de capital (% da EC).

(\*) A Seguradora utilizou os critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016 e Resolução CNSP nº 360 de 20 de dezembro de 2017, para apuração do capital base e capital de risco. (\*\*) A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido - CMR, utilizando o artigo 65, inciso III, da resolução CNSP nº 321, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016 e Resolução CNSP nº 360 de 20 de dezembro de 2017, sendo o Capital Mínimo Requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre capital Base e Capital de Risco. A Seguradora continua apresentando plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado.

Table with 2 columns: Dezembro/18, Dezembro/17. Rows include Caixa e bancos, Total.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018

Table with 6 columns: De 1 a 30 dias ou sem vencimento, 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, Valor contábil/mercado, Taxa de juros contratada. Rows include Aplicações Financeiras, I. Títulos para negociações, Títulos de carteira própria, Letras financeiras do tesouro, Fundo de investimento - DPVAT, Fundos exclusivos, Fundo de renda fixa, Debêntures, Letras financeiras do tesouro, Letras do tesouro nacional, Notas do tesouro nacional, Total.

continua






**Fator Seguradora S.A.**

C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$)**

Aplicações financeiras	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	Valor		Taxa de juros contratada
		31 a 180 dias	Acima de 360 dias	
<b>I. Títulos para negociações</b>				
<b>Títulos de carteira própria</b>	<b>89.790</b>	<b>167</b>	<b>186.240</b>	<b>276.417</b>
Letras financeiras do tesouro	-	167	161.102	161.269
Notas do tesouro nacional	-	-	25.358	25.358
Fundo de investimento - DPVAT	89.790	-	-	89.790
<b>Fundos exclusivos</b>	<b>-</b>	<b>1.381</b>	<b>33.436</b>	<b>34.817</b>
Letras financeiras privadas	-	-	-	1.381
Debêntures	-	-	510	510
Letras do tesouro nacional	-	-	16.836	16.836
Notas do tesouro nacional	-	-	16.090	16.090
<b>Total</b>	<b>89.790</b>	<b>1.548</b>	<b>219.896</b>	<b>311.234</b>

A tabela demonstra que aproximadamente 70,09 por cento dos ativos financeiros foram investidos em títulos públicos (70,54 por cento em 31 de dezembro de 2017). O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Os títulos públicos federais e as debêntures foram contabilizados pelo seu valor de mercado. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. A gestão e os valores dos títulos referentes ao DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **Apuração do valor justo:** A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos conforme segue: • **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo. • **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Aplicações financeiras	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
I. Ativos financeiros designados ao valor justo	248.408	95.930	344.338	219.553	91.681	311.234
Letras financeiras do tesouro nacional	182.036	-	182.036	161.269	-	161.269
Notas do tesouro nacional	-	-	-	25.358	-	25.358
Fundo de investimento - DPVAT	-	95.424	95.424	-	89.790	89.790
<b>Fundos exclusivos:</b>						
Fundo de renda fixa	7.052	-	7.052	-	-	-
Debêntures	-	506	506	-	510	510
Letras financeiras do tesouro nacional	20.233	-	20.233	-	-	-
Letras financeiras Privadas	-	-	-	-	1.381	1.381
Notas do tesouro nacional	20.329	-	20.329	16.090	-	16.090
Letras do Tesouro Nacional	18.758	-	18.758	16.836	-	16.836

O quadro abaixo demonstra a movimentação das aplicações financeiras no exercício:

	Saldo em 1º de janeiro de 2018	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Títulos para negociações:					
Letras financeiras do tesouro	161.269	10.282	(178)	10.663	182.036
Fundo de investimento - DPVAT	89.790	9.297	(9.688)	6.025	95.424
Fundo exclusivo	34.817	143.935	(115.736)	3.862	66.878
Notas do tesouro nacional	25.358	-	(25.981)	623	-
<b>Totais</b>	<b>311.234</b>	<b>163.514</b>	<b>(151.583)</b>	<b>21.173</b>	<b>344.338</b>

**9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS:** Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não há operações com instrumentos financeiros derivativos e não há saldos a pagar ou a receber referentes instrumentos financeiros derivativos. **10. PRÊMIOS A RECEBER:** O detalhamento dos prêmios a receber, considerando os prazos de vencimentos, apresenta a seguinte posição:

	Dezembro/18	Dezembro/17
Vencidos	1.834	7.684
A vencer de 1 a 30 dias	41.920	36.363
A vencer de 31 a 60 dias	6.729	12.509
A vencer de 61 a 120 dias	13.748	15.384
A vencer de 121 a 180 dias	2.688	2.274
A vencer de 181 a 365 dias	6.303	4.863
A vencer acima de 365 dias	10.499	7.534
<b>Total</b>	<b>83.721</b>	<b>86.611</b>
<b>Circulante</b>	<b>73.222</b>	<b>79.077</b>
<b>Não circulante</b>	<b>10.499</b>	<b>7.534</b>

O detalhamento dos prêmios a receber, considerando os ramos de seguro, apresenta a seguinte posição:

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Prêmios a receber - bruto	Provisão para riscos sobre créditos	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber - bruto	Provisão para riscos sobre créditos	Prêmios a receber - líquido
Compreensivo empresarial	7.482	(110)	7.372	-	-	-
Lucros cessantes	617	-	617	-	-	-
Risco de engenharia	1.593	(9)	1.584	12.998	-	12.998
Riscos diversos	1.663	(5)	1.658	1.276	-	1.276
Riscos nomeados e operacionais	6.746	-	6.746	13.135	-	13.135
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	12.887	-	12.887	12.063	(20)	12.043
Responsabilidade civil ambiental	318	-	318	108	-	108
Responsabilidade civil geral	149	(3)	146	167	(6)	161
Responsabilidade civil profissional (E&O)	1.929	(1)	1.928	2.100	(121)	1.979
Garantia de obrigações públicas	-	-	-	368	-	368
Fiança locatícia	883	-	883	744	-	744
Garantia seguro - setor público	41.741	(2.119)	39.622	35.232	(1)	35.231
Garantia seguro - setor privado	9.985	(25)	9.960	8.781	(213)	8.568
<b>Total</b>	<b>85.993</b>	<b>(2.272)</b>	<b>83.721</b>	<b>86.972</b>	<b>(361)</b>	<b>86.611</b>

A movimentação dos prêmios a receber está demonstrada abaixo:

	Dezembro/18	Dezembro/17
Saldo no início do período	86.611	81.721
Prêmios emitidos	282.364	528.048
Cancelamentos	(79.648)	(361.504)
Recebimentos	(205.297)	(163.792)
Adicional de fracionamento	(10)	(2)
IOF	(495)	553
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - PRVNE (Nota 19.a)	1.544	1.710
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.911)	170
Transferência de cosseguro aceito vencido para operações com seguradoras	563	(293)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>83.721</b>	<b>86.611</b>

A Seguradora tem como padrão, para a maior parte das emissões, o recebimento de prêmio em até vinte dias da data de emissão do risco. Ocasionalmente, poderá ocorrer negociação comercial para recebimento de prêmios em até oito parcelas mensais. Há também emissões de riscos, principalmente relacionados a garantia judicial, onde eventualmente ocorre o parcelamento anual do prêmio, pelo prazo de vigência do risco, que supera 365 dias.

**10.1. Operações com Resseguradores**

	Dezembro/18	Dezembro/17
Prêmios de resseguros cedidos	40.685	49.076
Prêmios a liquidar	56.796	44.870
(-) Comissões	(44.320)	(37.358)
RVNE	11.870	13.675
Excesso de danos	6.702	8.650
(-) Comissão escalonada	(2.689)	(2.226)
Salvados e ressarcimentos	153	-
Outros	21	60
(-) Ajuste ao valor de realização	(1.389)	(338)
<b>Total</b>	<b>67.829</b>	<b>76.409</b>
<b>Curto prazo</b>	<b>65.035</b>	<b>72.579</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>2.794</b>	<b>3.830</b>

**11. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS**

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Operacionais	Provisão	Operacionais	Provisão
Valores a receber do consórcio DPVAT - Seguradora Líder	56.803	-	50.218	-
Processo judicial relacionado ao convênio DPVAT	335	(335)	335	(335)
Outros créditos	79	(79)	24	(14)
Corretores	37	-	-	-
<b>Total</b>	<b>57.255</b>	<b>(414)</b>	<b>50.577</b>	<b>(349)</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>56.840</b>	<b>-</b>	<b>50.228</b>	<b>-</b>

A Administração mantém provisão constituída de R\$ 414 (R\$ 349 em 31 de dezembro de 2017) para fazer frente às perdas esperadas com esses créditos.

**12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

	Dezembro/18	Dezembro/17
(I) Ajustes temporais	2.168	2.087
(II) Outros créditos a compensar	3.909	4.846
(III) Créditos tributários de IRPJ a restituir	15.028	26.209
(IV) Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	764	2.698
<b>Total</b>	<b>21.869</b>	<b>35.840</b>
<b>Curto prazo</b>	<b>12.254</b>	<b>15.429</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>9.615</b>	<b>20.411</b>

(I) Os créditos tributários de ajustes temporais referem-se substancialmente a ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado, provisões para perdas de recebíveis, provisões para riscos e outras provisões temporárias. A Seguradora observou, em estudo técnico, que as realizações ocorrem no período de um ano e que as constituições e realizações se mantiveram estáveis ao longo do tempo. (II) Outros créditos a compensar referem-se substancialmente a créditos tributários de períodos anteriores e antecipações do exercício e serão compensados dentro do prazo estabelecido pelo Decreto 3000/99, artigos 898 a 903. (III) Conforme processos 16327.903.132/2015-37 e 16327.903.137/2015-60, de 10 de setembro de 2015, a Companhia obteve direito de restituir impostos recolhidos a maior no exercício de 2010, sobre o lucro resultante do processo de vendas de ações da BVMF. Em 22 de fevereiro de 2016, a Secretaria da Receita Federal, creditou parte do valor, R\$32.213, referente contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, em conta corrente bancária em nome da Fator Seguradora. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo remanescente, no valor de R\$15.028, referente a crédito de imposto de renda, será compensado dentro do prazo prescricional de 5 anos. (IV) Em 31 de dezembro de 2018, a seguradora possui base negativa de contribuição social no valor de R\$764 constituídas. Conforme Pedido de Restituição de 26/06/2015, a Companhia obteve direito de restituir imposto recolhido a maior no exercício de 2010, sobre o lucro resultante do processo de vendas de ações da BVMF. Em 20 de dezembro de 2018, a Secretaria da Receita Federal, creditou o valor de R\$1.171, referente contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, em conta corrente bancária em nome da Fator Seguradora. A seguradora elaborou estudo técnico que demonstra o exercício de realização dos créditos tributários, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e ajustes temporais, tendo como embasamento a geração de lucro tributável para fins de IRPJ e CSLL:

	Saldo em 01 de janeiro de 2018	Constituições	Realizações/ Reversões	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Ajustes temporais	2.087	21.494	(21.413)	2.168
Prejuízo fiscal e base negativa (iv)	2.698	-	(1.934)	764
<b>Totais</b>	<b>4.785</b>	<b>21.494</b>	<b>(23.347)</b>	<b>2.932</b>

(i) Referem-se a reestimativa de valor a receber referente parcelas de precatórios de processo fiscal transitado em julgado. (ii) Refere-se a parcelas de precatórios e juros recebidos de processo fiscal transitado em julgado. b) A Seguradora possui contingências para as quais os valores provisionados cobrem os riscos mediante a análise da probabilidade de perda de cada ação, que são conciliados pela Administração considerando as perdas históricas, os riscos envolvidos e a avaliação dos consultores jurídicos. Os principais processos em aberto em 31 de dezembro de 2018 são: **Provisão para riscos fiscais:** Os processos fiscais referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais, com discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo, compensações de tributos não reconhecidas ou reconhecidas parcialmente, pela Receita Federal do Brasil. **Sinistros em discussão judicial:** Todos os processos relativos a sinistros indenizados ou a indenizar em seus diversos estágios processuais são contabilizados com base na avaliação interna conjugada com as avaliações de riscos efetuadas e valores informados pelos consultores jurídicos da Seguradora, tendo em vista o mérito das causas, o estágio processual, a importância segurada contratada e a natureza das coberturas das apólices. Esses passivos contingentes estão registrados na rubrica "Sinistros a liquidar". **Provisão para riscos cíveis:** Os processos cíveis referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros. **Provisão para riscos trabalhistas:** Os processos trabalhistas que envolvem a Seguradora são relativos a horas extras, devoluções de perdas de planos econômicos, descontos de seguros e vale-alimentação em folha de pagamento. O quadro de processos em curso, de acordo com a avaliação dos advogados é assim sumariado:

	Saldo em 01 de janeiro de 2018	Realização em até 1 ano	Realização em até 2 anos
Prejuízo fiscal de imposto de renda	-	-	-
Base negativa de contribuição social	764	(764)	-
Ajustes temporais de imposto de renda	1.204	(1.204)	-
Ajustes temporais de contribuição social	964	(964)	-
<b>Total</b>	<b>2.932</b>	<b>(2.932)</b>	<b>-</b>

**13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS:**

a) A Seguradora possui processos judiciais fiscais ativos, já transitados em julgado, reconhecidos contabilmente, cujo valor é R\$1.872 (R\$2.156 em 2017), registrados na rubrica títulos e créditos a receber.

	Dezembro/18	Dezembro/17
Saldos no início do período	2.156	1.923
Constituições/Reestimativas (i)	(8)	973
Liquidações (ii)	(279)	(793)
Atualização monetária	3	53
<b>Total</b>	<b>1.872</b>	<b>2.156</b>

(i) Refere-se a reestimativa de valor a receber referente parcelas de precatórios de processo fiscal transitado em julgado. (ii) Refere-se a parcelas de precatórios e juros recebidos de processo fiscal transitado em julgado. b) A Seguradora possui contingências para as quais os valores provisionados cobrem os riscos mediante a análise da probabilidade de perda de cada ação, que são conciliados pela Administração considerando as perdas históricas, os riscos envolvidos e a avaliação dos consultores jurídicos. Os principais processos em aberto em 31 de dezembro de 2018 são: **Provisão para riscos fiscais:** Os processos fiscais referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais, com discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo, compensações de tributos não reconhecidas ou reconhecidas parcialmente, pela Receita Federal do Brasil. **Sinistros em discussão judicial:** Todos os processos relativos a sinistros indenizados ou a indenizar em seus diversos estágios processuais são contabilizados com base na avaliação interna conjugada com as avaliações de riscos efetuadas e valores informados pelos consultores jurídicos da Seguradora, tendo em vista o mérito das causas, o estágio processual, a importância segurada contratada e a natureza das coberturas das apólices. Esses passivos contingentes estão registrados na rubrica "Sinistros a liquidar". **Provisão para riscos cíveis:** Os processos cíveis referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros. **Provisão para riscos trabalhistas:** Os processos trabalhistas que envolvem a Seguradora são relativos a horas extras, devoluções de perdas de planos econômicos, descontos de seguros e vale-alimentação em folha de pagamento. O quadro de processos em curso, de acordo com a avaliação dos advogados é assim sumariado:

	Quantidade de ações		Valor estimado pelos advogados		Provisão contábil		Depósitos judiciais	
	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17
<b>Fiscais:</b>								
Provável	1	1	51	56	51	56	51	56
Possível (i)	3	3	895	845	-	-	-	-
Remota	2	2	163	153	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>1.109</b>	<b>1.054</b>	<b>51</b>	<b>56</b>	<b>51</b>	<b>56</b>
<b>Sinistros: (ii)</b>								
Provável	1	1	679	2.558	679	2.558	-	-
Possível (v)	4	2	17.749	363	17.749	363	-	-
Remota	2	5	389	3.671	389	3.671	-	-
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>18.817</b>	<b>6.592</b>	<b>18.817</b>	<b>6.592</b>	-	-
<b>Cíveis:</b>								
Provável	2	7	56	193	56	193	-	-
Possível (iii)	5	6	210	251	-	-	-	-
Remota	8	5	131	131	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>397</b>	<b>575</b>	<b>56</b>	<b>193</b>	-	-
<b>Trabalhistas:</b>								
Provável	-	2	-	356	-	356	-	312
Possível (iv)	-	1	-	12	-	-	-	-
Remota	2	-	49	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>49</b>	<b>368</b>	-	<b>356</b>	-	<b>312</b>
<b>Total geral</b>	<b>30</b>	<b>35</b>	<b>20.372</b>	<b>8.589</b>	<b>18.924</b>	<b>7.197</b>	<b>51</b>	<b>368</b>

Ativo circulante - depósitos judiciais 312  
 Ativo não circulante - depósitos judiciais 51  
 Passivo circulante - provisões judiciais 16  
 Passivo não circulante - provisões judiciais 91  
 Passivo não circulante - sinistros a liquidar 18.817

(i) Os processos fiscais no valor de R\$895 (R\$845 em 2017), classificados como de perda possível, referem-se





**Fator Seguradora S.A.**

C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017** (Em milhares de reais - R\$)

a) Seguradora apresenta saldo a pagar e despesas, conforme abaixo:

	Passivos - Obrigações a pagar		Despesas corporativas com utilização de estruturas comuns e contratos firmados para o Conglomerado	
	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17
Banco Fator S.A.	-	162	1.738	1.998
Fator S.A. Corretora de Valores FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	-	22	273	280
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	1	-
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>2013</b>	<b>2.013</b>	<b>2.278</b>

**b) Despesas com pessoal-chave da administração**

	Dezembro/18	Dezembro/17
Honorários	1.937	1.844
Gratificações e participações nos lucros	1.058	1.539
Encargos	1.189	1.126
<b>Total</b>	<b>4.184</b>	<b>4.509</b>

**16. DETALHAMENTO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTO DE AQUISIÇÃO POR RAMOS - SEGUROS**

**a) Provisões técnicas**

Ramos	Provisão para prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões (i)		Provisão de despesas relacionadas		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER		Totais	
	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17
Compreensivo empresarial	8.686	-	900	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.586	-
Lucros cessantes	538	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	538	-
DPVAT	-	-	10.324	11.725	84.636	77.444	395	501	-	-	-	-	95.355	89.670
Garantia de obrigações - públicas	391	1.941	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	391	1.941
Responsabilidade civil ambiental	566	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	566	-
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	15.534	13.377	4.162	5.900	746	1.834	-	-	122	1.221	420	4.454	20.984	26.786
Responsabilidade civil profissional - E&O	4.505	4.475	408	438	113	1.194	-	-	99	-	37	697	5.162	6.804
Responsabilidade civil geral	507	650	3.224	2.880	529	203	-	-	567	551	282	2.165	5.109	6.449
Riscos diversos	2.510	1.551	488	-	80	-	-	-	-	-	40	-	3.118	1.551
Riscos de engenharia	16.117	30.379	5.473	3.656	2.197	804	-	-	1.204	814	492	2.001	25.483	37.654
Garantia segurado - setor público	111.682	102.996	3.197	9.589	698	12.370	-	-	-	-	288	7.059	115.865	119.644
Garantia segurado - setor privado	25.684	18.995	17.320	2.730	1.576	-	-	-	924	199	1.573	1.924	47.077	36.218
Riscos nomeados e operacionais	17.560	24.512	11.685	8.502	960	3.987	-	-	353	522	917	8.747	31.475	46.270
Fiança locatícia	1.590	1.285	-	-	-	78	-	-	-	-	-	-	1.591	1.363
<b>Total</b>	<b>205.870</b>	<b>200.161</b>	<b>57.181</b>	<b>45.420</b>	<b>91.535</b>	<b>97.914</b>	<b>395</b>	<b>501</b>	<b>3.269</b>	<b>3.307</b>	<b>4.049</b>	<b>27.047</b>	<b>362.299</b>	<b>374.350</b>
<b>Circulante</b>													<b>272.006</b>	<b>276.131</b>
<b>Não Circulante</b>													<b>90.293</b>	<b>98.219</b>

(i) Outras provisões referem-se a despesas administrativas do convênio DPVAT - PDA no valor de R\$395 (R\$501 em 2017).

**a.1) Movimentações das provisões técnicas**

	Provisão prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões		Provisão de despesas relacionadas aos sinistros - PDR		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER		Totais	
	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17
Saldo no início do exercício	200.161	174.792	45.420	87.607	97.914	74.554	501	671	3.307	7.172	27.047	15.451	374.350	360.247
Constituições decorrentes de prêmios	161.211	148.741	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	161.211	148.741
Diferimentos pelo risco decorrido	(155.539)	(123.138)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(155.539)	(123.138)
Oscilação cambial	37	(234)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	(234)
Avisos de sinistros	-	-	35.213	44.020	-	-	-	-	2.317	4.845	-	-	37.530	48.865
Cancelamentos de sinistros	-	-	(22.072)	(10.812)	-	-	-	-	(389)	(170)	-	-	(22.461)	(10.982)
Ajustes de estimativas de sinistros	-	-	10.533	(25.771)	-	-	-	-	14	(614)	-	-	10.547	(26.385)
Pagamentos de sinistros	-	-	(17.559)	(49.360)	-	-	-	-	(1.912)	(4.478)	-	-	(19.471)	(53.838)
Movimentações decorrentes das operações com DPVAT	-	-	(1.401)	(1.138)	7.192	8.195	(106)	(170)	-	-	-	-	5.685	6.887
Correção monetária de sinistros a liquidar	-	-	7.047	874	-	-	-	-	-	-	-	-	7.047	874
Reversões/constituições de despesas estimadas relacionadas aos sinistros	-	-	-	-	-	-	-	-	(68)	(3.448)	(118.047)	11.596	(118.115)	8.148
Outras constituições	-	-	-	-	103.149	91.313	-	-	-	-	95.049	-	198.198	91.313
Outras reversões	-	-	-	-	(116.720)	(76.148)	-	-	-	-	-	-	(116.720)	(76.148)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>205.870</b>	<b>200.161</b>	<b>57.181</b>	<b>45.420</b>	<b>91.535</b>	<b>97.914</b>	<b>395</b>	<b>501</b>	<b>3.269</b>	<b>3.307</b>	<b>4.049</b>	<b>27.047</b>	<b>362.299</b>	<b>374.350</b>
<b>Circulante</b>													<b>272.006</b>	<b>276.131</b>
<b>Não Circulante</b>													<b>90.293</b>	<b>98.219</b>

**b) Custo de aquisição diferido**

**b.1) Custo de aquisição diferido - movimentações**

Ramos	Dezembro/18	Dezembro/17
Compreensivo empresarial	1.713	-
Lucros cessantes	60	-
Riscos de engenharia	1.139	2.082
Riscos diversos	390	110
Riscos nomeados e operacionais	1.469	1.991
Fiança locatícia	301	215
Garantia de obrigações - públicas	3	90
Garantia segurado - setor público	20.297	16.035
Garantia segurado - setor privado	3.839	3.026
Responsabilidade civil Ambiental	54	-
Responsabilidade civil geral	32	77
Responsabilidade civil Profissional - E&O	848	994
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	1.587	1.674
<b>Total</b>	<b>31.732</b>	<b>26.294</b>
<b>Curto prazo</b>	<b>18.398</b>	<b>12.451</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>13.334</b>	<b>13.843</b>

**b.2) Custo de aquisição diferido - movimentações**

	Dezembro/18	Dezembro/17
Saldo no início do período	26.294	23.885
Constituições decorrentes de comissões	29.492	20.917
Diferimentos pelo risco decorrido	(24.054)	(18.508)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>31.732</b>	<b>26.294</b>

Custo de aquisição diferido refere-se às comissões decorrentes das operações atuais da Seguradora e seguem os mesmos critérios de diferimento dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência do risco de cada apólice emitida. Os riscos emitidos têm, em média, três anos de vigência para produtos do ramo garantia e um ano de vigência para os demais produtos.

**c) Prêmios de resseguros diferidos:**

Ramos	Dezembro/18	Dezembro/17
Compreensivo empresarial	4.267	-
Lucros cessantes	786	-
Riscos de engenharia	14.173	25.967
Riscos diversos	1.531	948
Riscos nomeados e operacionais	12.314	17.733
Responsabilidade civil ambiental	240	-
Responsabilidade civil geral	280	410
Fiança locatícia	851	505
Garantia segurado - setor público	49.313	49.987
Garantia segurado - setor privado	12.912	11.731
Garantia de obrigações - públicas	315	1.019
Responsabilidade civil Profissional - E&O	1.775	1.936
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	9.965	9.658
<b>Total</b>	<b>108.722</b>	<b>119.894</b>

**c.1) Prêmios de resseguros diferidos - movimentações**

	Dezembro/18	Dezembro/17
Saldo no início do exercício	119.894	106.200
Constituições decorrentes dos riscos cedidos no exercício	80.141	87.290
Diferimentos pelo risco decorrido	(91.333)	(73.446)
Oscilação cambial	20	(150)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>108.722</b>	<b>119.894</b>

Os valores correspondentes aos riscos cedidos em resseguros são contabilizados no ativo, na rubrica "Ativos de resseguros - provisões técnicas", líquido das receitas de comercialização de resseguro diferidas, em contrapartida do resultado. O diferimento dos prêmios de resseguros segue o mesmo critério dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência de cada risco.

**Composição dos ativos de resseguros:**

Ativos de resseguro - provisões técnicas	Dezembro/18	Dezembro/17
Sinistros de resseguros	51.261	69.673
Prêmios de resseguros (Nota 16.c)	155.358	167.526
Comissões de resseguros (Nota 16.c)	(46.636)	(47.632)
<b>Total</b>	<b>159.983</b>	<b>189.567</b>
<b>Curto prazo</b>	<b>111.932</b>	<b>133.368</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>48.051</b>	<b>56.199</b>

A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. **15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$135.479 (R\$135.479 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 4.814 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País. **b) Dividendos:** O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 28 de dezembro de 2018, foi aprovado pagamento de dividendos no montante de R\$ 5.317 (R\$ 20.000 em 2017). **c) Juros sobre capital próprio:** A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 28 de dezembro de 2018, deliberou o pagamento de juros sobre o capital - JCP ao acionista, no valor de R\$ 12.621 (R\$ 9.350 em 2017), até o limite da taxa de juros de longo prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido do ano anterior. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da conta de resultado (despesas financeiras), e apresentados como destinação do lucro. O montante creditado reduziu a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, o que proporcionou redução de carga tributária no montante de R\$ 5.680 (R\$ 4.208 em 2017). **d) Reservas de lucros:** O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 80% (oitenta por cento do capital social).

**17. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS:** Em 31 de dezembro de 2018, os ativos financeiros vinculados em cobertura das provisões técnicas, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	Dezembro/18	Dezembro/17
Provisões técnicas - seguros (Nota 16)	362.299	374.350
Exclusões	-	-
Provisões técnicas - resseguros redutores - pagos	(95.863)	(122.431)
Custos de aquisição diferidos redutores - pagos	(23.967)	(18.866)
<b>Total das exclusões</b>	<b>(119.830)</b>	<b>(141.297)</b>
<b>Provisões técnicas para cobertura</b>	<b>242.469</b>	<b>233.053</b>
Títulos de renda fixa - públicos, vinculados à cobertura das provisões técnicas (Nota 8)	182.036	170.379
Quotas de fundos de investimentos, vinculados à cobertura de provisões técnicas - DPVAT (Nota 8)	95.424	89.790
<b>Suficiência Apurada</b>	<b>34.990</b>	<b>27.116</b>
Ativos livres (Nota 8)	66.878	51.065

**18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS:** O detalhamento de depósitos de terceiros no passivo circulante no valor de R\$ 1.914 em 31 de dezembro de 2018 (R\$792 em 2017), considerando os prazos de vencimentos, apresenta a seguinte posição:

31 de dezembro de 2018		
Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos
De 1 a 30 dias	16	615
De 31 a 60 dias	22	30
De 61 a 120 dias	3	35
De 121 a 180 dias	68	-
De 181 a 365 dias	13	34
Acima de 365 dias	142	18
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>264</b>	<b>698</b>

31 de dezembro de 2017		
Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos
De 1 a 30 dias	17	177
De 31 a 60 dias	3	41
De 61 a 120 dias	15	104
De 121 a 180 dias	18	5
De 181 a 365 dias	31	5
Acima de 365 dias	87	46
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>171</b>	<b>378</b>

**19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Ramos	Prêmios Emitidos	
	Dezembro/18	Dezembro/17
Compreensivo empresarial	11.123	-
Lucros cessantes	668	-
Riscos de engenharia	4.745	17.481
Riscos diversos	3.881	1.300
Riscos nomeados e operacionais	19.939	34.672
RC de administradores e diretores (D&O)	18.266	1



**Fator Seguradora S.A.**

C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017** (Em milhares de reais - R\$)

**c) Principais ramos de atuação**

Ramos	Índices de (%)					
	Prêmio ganho		Sinistralidade		Comercialização	
	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17
Compreensivo empresarial	3.327	-	27,36	-	15,62	-
Lucros cessantes	205	-	-	-	14,36	-
Riscos de engenharia	14.406	24.087	62,62	(9,12)	10,53	12,33
Riscos diversos	2.241	614	35,26	-	15,98	14,11
Fiança locatícia	2.090	1.768	(3,71)	1,86	21,18	21,07
Riscos nomeados e operacionais	27.810	26.301	(20,01)	13,95	12,18	15,27
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	17.579	10.228	(2,15)	106,64	15,93	17,08
RC riscos ambientais	487	101	-	-	12,71	10,33
Responsabilidade civil geral	1.726	1.613	(62,31)	189,99	9,82	20,06
Responsabilidade civil Profissional (E&O)	6.333	3.840	(16,79)	40,85	20,88	20,93
DPVAT	24.953	31.913	81,40	84,52	1,21	1,19
Garantia segurado - setor público	61.965	42.443	(39,98)	68,45	17,44	15,72
Garantia segurado - setor privado	16.188	11.053	65,97	(61,69)	17,91	15,84
Garantia obrigações - privadas	-	-	-	-	-	-
Garantia obrigações - públicas	1.181	1.062	-	-	7,43	5,28
Garantia concessões - públicas	-	-	-	-	-	-
Garantia judicial	-	28	-	-	-	15,00
<b>Total</b>	<b>180.491</b>	<b>155.051</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**d) Sinistros ocorridos**

	Dezembro/18	Dezembro/17
Sinistros	(23.687)	(11.594)
Despesas com sinistros	(1.772)	(1.008)
Recuperações de sinistros	(39)	(55)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER (i)	22.998	(11.595)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR (ii)	13.450	(15.028)
Sinistros de consórcios e fundos - DPVAT	(20.312)	(26.972)
Salvados	561	-
Ressarcimentos	21	-
<b>Total</b>	<b>(8.780)</b>	<b>(66.252)</b>

(i) Houve alteração na metodologia constante de Nota Técnica Atuarial, para cálculo da provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER. (ii) Houve alteração na metodologia constante de Nota Técnica Atuarial, para cálculo da provisão para sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR.

**e) Custos de aquisição**

	Dezembro/18	Dezembro/17
Comissões	(29.588)	(19.729)
Recuperação de comissões	4.884	537
<b>Total</b>	<b>(24.704)</b>	<b>(19.192)</b>

**f) Outras receitas e (despesas) operacionais**

	Dezembro/18	Dezembro/17
Receitas		
Ajuste ao valor de realização para obrigações	1.434	422
Ajustes de provisões e depósitos judiciais	266	431
Outras receitas com convênio DPVAT	688	52
<b>Subtotal</b>	<b>2.388</b>	<b>905</b>
<b>Despesas</b>		
Com convênio DPVAT	(3.489)	(3.457)
Com provisão para riscos	(7)	(322)
Com inadimplemento em contratos de resseguros	1	-
Redução ao valor recuperável para recebíveis	(1.936)	1.149
Outras	(39)	(1.115)
<b>Subtotal</b>	<b>(5.470)</b>	<b>(3.745)</b>
<b>Total</b>	<b>(3.082)</b>	<b>(2.840)</b>

**g) Resultado com resseguros**

	Dezembro/18	Dezembro/17
Receitas		
Indenizações de sinistros (i)	415	16.854
Despesas com sinistros	1.458	257
Receitas de participações em lucros de contratos de resseguros	3.398	2.046
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR (ii)	(9.908)	12.643
<b>Subtotal</b>	<b>(4.637)</b>	<b>31.800</b>
<b>Despesas</b>		
Prêmios de resseguros cedidos	(120.588)	(124.438)
Comissões de resseguros cedidos	40.447	37.148
Variação da despesa de resseguro (6b)	(11.192)	13.844
Salvados e ressarcimentos ao ressegurado	(146)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(91.479)</b>	<b>(73.446)</b>
<b>Total</b>	<b>(96.116)</b>	<b>(41.646)</b>

(i) Houve alteração na metodologia constante de Nota Técnica Atuarial, para cálculo da provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER. (ii) Houve alteração na metodologia constante de Nota Técnica Atuarial, para cálculo da provisão para sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR.

**h) Despesas administrativas**

	Dezembro/18	Dezembro/17
Com pessoal próprio	(17.732)	(16.635)
Com serviços de terceiros	(3.974)	(3.408)
Com localização e funcionamento	(2.326)	(2.428)
Com publicidade e propaganda	(640)	(370)
Com publicações	(246)	(305)
Com donativos e contribuições	(156)	(79)
Com convênio DPVAT	(3.597)	(2.911)
Outras	(588)	(535)
<b>Total</b>	<b>(29.259)</b>	<b>(26.671)</b>

**i) Despesas com tributos**

	Dezembro/18	Dezembro/17
COFINS	(3.944)	(3.604)
PIS	(703)	(685)
Taxa Fiscalização - SUSEP	(454)	(576)
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	(48)	(43)
Contribuição Sindical	(48)	(75)
Outras	(99)	(27)
<b>Total</b>	<b>(5.296)</b>	<b>(5.010)</b>

**j) Resultado financeiro**

	Dezembro/18	Dezembro/17
<b>Receitas</b>		
Títulos públicos	11.423	18.013
Títulos privados	3.862	3.682
Atualização monetária de créditos tributários	1.378	2.399
DPVAT	6.279	9.128
Atualização monetária de depósitos judiciais	55	934
Receitas financeiras com operações de seguros	721	1.260
Variação cambial	59	85
<b>Subtotal</b>	<b>23.777</b>	<b>35.501</b>
<b>Despesas</b>		
DPVAT	(6.055)	(8.937)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(151)	99
Despesas financeiras com operações de seguros Var Monet	(1.702)	(875)
Variação Cambial	(96)	13
Repasse juros sobre prêmios a resseguradoras	(76)	(39)
Encargos com tributos - juros	(5)	(37)
<b>Subtotal</b>	<b>(8.085)</b>	<b>(9.776)</b>
<b>Total</b>	<b>15.692</b>	<b>25.725</b>

**k) Resultado patrimonial**

	Dezembro/18	Dezembro/17
Dividendos e rendimentos- DPVAT	203	10
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>10</b>

**20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	31 de Dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	31.983	31.983	22.025	22.025
Juros sobre o capital próprio	(12.621)	(12.621)	(9.350)	(9.350)
Participações sobre o resultado	(2.428)	(2.428)	(3.081)	(3.081)
	<b>16.934</b>	<b>16.934</b>	<b>9.594</b>	<b>9.594</b>
<b>Adições temporárias</b>	<b>49.426</b>	<b>49.426</b>	<b>20.937</b>	<b>20.937</b>
Provisões para riscos cíveis	-	-	52	52
Provisões para riscos trabalhistas	-	-	30	30
Provisões para riscos fiscais	2	2	5	5
Ajustes ao valor recuperável	44.051	44.051	15.517	15.517
Títulos e valores mobiliários - ajuste a mercado	752	752	1.142	1.142
Provisões para participações nos lucros de administradores e empregados	2.426	2.426	3.218	3.218
Outras provisões	532	532	973	973
<b>Adições permanentes</b>	<b>1.663</b>	<b>1.663</b>	<b>1.479</b>	<b>1.479</b>
<b>Exclusões temporárias</b>	<b>(48.333)</b>	<b>(48.333)</b>	<b>(23.003)</b>	<b>(23.003)</b>
Provisões para riscos cíveis	(143)	(143)	(142)	(142)
Provisões para riscos trabalhistas	(356)	(356)	(18)	(18)
Provisões para riscos fiscais	-	-	(180)	(180)
Ajustes ao valor recuperável	(43.994)	(43.994)	(17.087)	(17.087)
Provisões para participações nos lucros de administradores e empregados	(3.078)	(3.078)	(2.635)	(2.635)
Títulos e valores mobiliários - ajuste a mercado	(265)	(265)	(1.964)	(1.964)
Outras provisões	(497)	(497)	(977)	(977)
<b>Exclusões permanentes</b>	<b>(203)</b>	<b>(203)</b>	<b>(10)</b>	<b>(10)</b>
<b>Compensação de base negativa e prejuízo fiscal</b>	<b>(3.459)</b>	<b>(5.347)</b>	<b>(2.699)</b>	<b>(2.699)</b>
<b>Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>14.365</b>	<b>12.477</b>	<b>6.298</b>	<b>6.298</b>
Imposto de renda (15%)	(2.155)	-	(944)	-
Adicional de imposto de renda (10%)	(1.412)	-	(605)	-
Contribuição social	-	(2.495)	-	(1.259)
Incentivos Fiscais	91	-	60	-
Constituição/reversão sobre diferenças temporárias	45	36	(511)	(409)
Tributos a restituir	-	655	-	-
Constituição/reversão prejuízo fiscal e base negativa	(865)	(1.069)	(675)	(540)
Ajuste de períodos anteriores	-	-	-	-
<b>Total de despesas/receitas com impostos</b>	<b>(4.295)</b>	<b>(2.874)</b>	<b>(2.675)</b>	<b>(2.208)</b>

**21. OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) Outros débitos operacionais no passivo circulante no valor de R\$ 57.016 (R\$ 50.140 em 31 de dezembro de 2017), referem-se substancialmente a obrigações com o consórcio DPVAT - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. b) Composição de títulos e créditos a receber no ativo circulante e realizável a longo prazo:

	Dezembro/18	Dezembro/17
Processos judiciais transitados em julgado (Nota 13.a)	1.872	2.156
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>1.872</b>	<b>2.156</b>
<b>Curto prazo</b>	<b>1.640</b>	<b>1.576</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>232</b>	<b>580</b>

c) Títulos e créditos - outros créditos no ativo circulante no valor de R\$2.152 (R\$2.259 em 31 de dezembro de 2017), referem-se substancialmente a adiantamentos de férias, décimo terceiro salário e participações em lucros.

d) Em novembro de 2009, a Seguradora aderiu ao REFIS IV conforme estabelecido na Lei nº 11.941/09, referente a processos fiscais e previdenciários cuja exigibilidade estava sendo questionada nas esferas administrativa e judicial. A referida lei prevê o pagamento em até 180 parcelas mensais, as quais serão objeto de atualização monetária. O saldo de R\$ 129 foi liquidado em 26 de setembro de 2018. e) Seguradora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. f) A Fator Seguradora possui programa próprio, firmado com o Sindicato dos Seguradores do Estado de São Paulo, para pagamento de participação nos lucros e resultados a empregados e administradores. O acordo firmado determina o pagamento com base nos resultados operacionais e avaliação individual. g) Em 25 de novembro de 2016, a Fator Seguradora S.A. e o Banco Pine S.A. celebraram contrato para prestação de seguro de garantia judicial na modalidade execução fiscal, tendo como interveniente, a Axa Seguradora S.A. (cosseguradora). Em contrapartida à emissão da apólice, o Banco Pine S.A. assumiu perante a Seguradora e Cosseguradora a obrigação de constituir garantia colateral e cedeu para a Fator Seguradora, fiduciariamente, títulos públicos, no valor de R\$147.417 (cento e quarenta e sete milhões, quatrocentos e dezessete mil), correspondente a cinquenta por cento da importância segurada pela apólice. Em 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado do título público registrado em nome da Fator Seguradora é R\$ 169.901 (R\$ 159.699 em 31 de dezembro de 2017). A garantia permanecerá até a quitação integral de todas as obrigações garantidas.

**DIRETORIA**

A DIRETORIA

**CONTADOR:**

Pedro Antonio Franceschini - CRC 1SP330080/O-4

**ATUÁRIO**

Marcos Falcão - MIBA 893

**PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da Fator Seguradora S.A. São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e do limite de retenção no montante de R\$ 9.000 mil da Fator Seguradora S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Companhia, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção no montante de R\$ 9.000 mil, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos: Correspondência dos Quadros Estatísticos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

**Controladores Ltda.**

CNPJ 02.189.924/0001-03

CIBA 45

João Batista da Costa Pinto

MIBA 944

**Deloitte.**  
continua - ☆







**Fator Seguradora S.A.**

C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

☆ continuação

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Administradores da **Fator Seguradora S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fator Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
**Audidores Independentes**  
 CRC nº 2 SP 011609/O-8  
**Luiz Carlos Oseliero Filho**  
 Contador  
 CRC nº 1 SP 234751/O-6



**Esferatur Passagens e Turismo S/A**

CNPJ/MF nº 76.530.260/0001-30

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração apresenta-lhes, a seguir, o **Relatório da Administração** e as **Demonstrações Financeiras** preparadas de acordo com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, convergidas com os *International Financial*

*Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de

dezembro de 2018. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Esferatur em 06 de fevereiro de 2019. As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Esferatur. **A Administração**

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)**

Balanco Patrimonial			Passivo e Patrimônio Líquido		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
Ativo	2018	2017	2018	2017	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros Retidos	Lucro do Exercício	Lucro
<b>Ativo Circulante</b>			<b>Passivo Circulante</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.953	6.599	Fornecedores	21.321	28.449				
Contas a Receber de clientes	26.019	32.406	Obrigações Tributárias	1.265	2.548				
Outros Créditos	726	979	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.070	4.705				
Despesas do Exercício Seguinte	18	18	Outras Contas a Pagar	269	470				
	<b>33.716</b>	<b>40.002</b>	Dividendos Propostos		3.490				
				<b>27.925</b>	<b>39.662</b>				
<b>Ativo não Circulante</b>			<b>Patrimônio Líquido</b>						
Investimentos		3.423	Capital Social	2.800	4.800				
Imobilizado	1.819	2.120	Reserva Legal	560	960				
Intangível	244	905	Reserva de lucros retidos	4.494	1.028				
	<b>2.063</b>	<b>6.448</b>		<b>7.854</b>	<b>6.788</b>				
<b>Total do Ativo</b>	<b>35.779</b>	<b>46.450</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>35.779</b>	<b>46.450</b>				

Demonstração do Resultado		2018	2017
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>127.002</b>	<b>148.621</b>
(-) Custo dos Serviços Prestados		(86.745)	(93.805)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>40.257</b>	<b>54.816</b>
<b>(Despesas) e Receitas</b>			
Gerais e Administrativas	(11.216)	(13.306)	
Com Vendas	(6.615)	(10.775)	
Equivalência Patrimonial		215	
Outras receitas ou (despesas)	(1.666)	131	
	<b>(19.497)</b>	<b>(23.735)</b>	
<b>Lucro Líquido Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>20.760</b>	<b>31.081</b>	
<b>(Despesas) Receitas Financeiras</b>			
Despesas Financeiras	(205)	(116)	
Juros sobre o capital próprio		(320)	
Receitas Financeiras	703	1.404	
	<b>498</b>	<b>968</b>	
<b>Lucro do Exercício antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>21.258</b>	<b>32.049</b>	
Contribuição Social	(1.983)	(3.096)	
Imposto de renda	(5.312)	(8.350)	
<b>Lucro antes da Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio</b>	<b>13.963</b>	<b>20.603</b>	
Reversão dos juros sobre o capital próprio		320	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>13.963</b>	<b>20.923</b>	
<b>Lucro por Ação</b>	<b>4,99</b>	<b>4,36</b>	

Demonstração do Resultado Abrangente		2018	2017
<b>Lucro Líquido do Período</b>		<b>13.963</b>	<b>20.923</b>
<b>Resultado abrangente do Período</b>		<b>13.963</b>	<b>20.923</b>

Demonstração do Fluxo de Caixa		2018	2017
<b>Natureza das operações</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro do Exercício antes do IRPJ e CSLL		21.258	32.050
+/- Ajustes por:			
Equivalência Patrimonial			(215)
Juros sobre o capital próprio			320
Depreciação		1.070	496
<b>Sub-total</b>		<b>22.328</b>	<b>32.651</b>
<b>Aumento ou Diminuição dos ativos e passivos</b>			
Contas a receber		6.387	(4.702)
Tributos a recuperar			224
Outros créditos		252	(232)
Despesas do exercício seguinte			4
Mútuo com pessoas ligadas – ativo não circulante			372
Fornecedores		(7.128)	6.202
Obrigações Tributárias		(1.284)	(658)
Obrigações sociais e trabalhistas		365	486
Outras contas a pagar		(200)	(440)
<b>Caixa gerado nas operações</b>		<b>20.720</b>	<b>33.907</b>
IRPJ e CSLL		(7.294)	(11.447)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>13.426</b>	<b>22.460</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Baixa de Investimentos		3.736	
Aquisições de investimentos		(343)	(428)
Baixa líquida do imobilizado		6	30
Compra de imobilizado		(114)	(663)
<b>Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos</b>		<b>3.285</b>	<b>(1.061)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Redução Capital Social		(2.000)	
Juros sobre o capital próprio			(320)
Cisão aprovada em 30/06/2018		(70)	
Dividendos Pagos		(14.318)	(21.288)
Dividendos recebidos de investidas		30	213
<b>Caixa líquido (usado) das atividades de financiamentos</b>		<b>(16.358)</b>	<b>(21.395)</b>
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>353</b>	<b>4</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>6.599</b>	<b>6.595</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>		<b>6.952</b>	<b>6.599</b>



Roberto dos Santos – Diretor Presidente  
 Sérgio Odinei Klock – Diretor Financeiro  
 Darclé Cinara Jantsch – Contadora CRC/SC 017.604/O-5